



A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO E DA IDENTIDADE CAMPONESA NO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Isaura Isabel Conte
Noeli Valentina Weschenfelder
Catiane Cinelli

A abordagem às lutas feministas relacionadas ao campesinato ainda parece ser algo estranho, pois o campo¹ tem sido relacionado ao atraso, ao passo que a palavra feminismo, em geral, perturba, pelo fato de representar a ideia de liberdade e liberalismo das mulheres. Assim, ambos parecem ser divergentes e não possíveis de diálogo. Mas, ao contrário do que se imagina já aparecem relações fortalecidas entre eles e, um exemplo em que isso ocorre, é no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o qual vamos abordar nesse texto.

Por meio deste ensaio, nos propomos a dialogar e colocar em questão as mulheres camponesas e o próprio Movimento como sujeito possibilitador de libertação das mulheres engajadas, as quais ressignificam identidades e culturas diante daquilo que acreditam e constroem em suas ações políticas. O trabalho aparece como central, considerando que cultura e a identidade das camponesas se fazem e se refazem nele e a partir dele, prioritariamente.

Metodologicamente, foram utilizadas pesquisas bibliográficas e de campo, em que nos utilizamos de questionários para a coleta e geração de dados, com mulheres que compõe a direção e a coordenação estadual do Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul no período de 2009 a 2010. Além disso, foram efetuadas observações em diversos momentos em que se encontravam os sujeitos da pesquisa.

Desde já afirmamos que há uma relação intrínseca entre o trabalho das mulheres da roça e a constituição de suas identidades, pois, grosso modo, assim como ele as marca e identifica, elas são reconhecidas para além da generalidade de pessoa. Na argumentação de Castells (2002, p. 22), afirma-se que a identidade é “a fonte de significado e de experiência de um povo” e, dessa forma, podemos dizer que as mulheres camponesas ao se constituírem no e pelo trabalho que realizam, experienciam e significam seus universos e suas vidas.

No que tange à identidade, o autor comenta que ela é construída, mas, indaga como e a partir de quem são construídos tais processos identitários. Na sequência das reflexões, nos traz a afirmação de que as identidades das pessoas são marcadas por relações de poder. Diante disso, não podemos negar que, ao longo da história as mulheres camponesas, pouco aparecem como sujeitos

¹ Com relação aos camponeses e camponesas, ou seja, aos empobrecidos do campo. Neste aspecto, o agronegócio é visto como avançado, lugar de tecnologias, produtividade e lucro.



de poder: de um lado, proibidas e, de outro, ocultadas e por isso, em grande medida consideradas vítimas passivas. Contrapondo essa ideia, Muraro (2002, p. 128) destaca que

durante o período da Renascença, continuaram, as mulheres pobres, a serem as grandes questionadoras. Elas tomavam parte em todas as revoltas camponesas e exerceram papel preponderante não só na reforma protestante como na guerra civil inglesa e em muitos levantes camponeses na Europa até o século XVIII.

Mas, apesar disso, por causa do patriarcado², elas foram praticamente invisibilizadas frente à historiografia considerada oficial, pouco ou quase nada são descritas em seus processos de contestações e lutas.

Contudo, nos parece pertinente os elementos apresentados por Eisler (1996), a qual ressalta a existência de uma sociedade de parceria anterior à de dominação que conhecemos e reproduzimos nos dias atuais. A autora argumenta que o início da subordinação feminina se dá nas sociedades pastoris, sendo que, anteriormente, as mulheres detinham poder e desempenhavam um papel central frente aos grupos humanos. Nessa mesma direção, Muraro (2002) destaca que, antes da existência do patriarcalismo, o qual subjugou as mulheres com relação aos homens, o feminino exercia dominância em seus grupos, não significando que oprimissem o masculino.

A partir disso, salientamos que esse olhar historicizado tem contribuído para que não deixemos de ver perspectivas a partir de lutas e resistência, pois, se boa parte das mulheres sabem-se negadas, uma parcela significativa delas ousou e ousa continuar organizada frente às opressões. Sabe-se que, se há Organizações em vista da reapropriação do poder que lhes pertence, é devido ao fato de que as mulheres acreditam ser possível deixarem de ser consideradas inferiores e inferiorizadas (Gebara, 2002). Nesse aspecto, escolhemos evidenciar as identidades das mulheres em luta devido ao engajamento no MMC para refletir neste texto.

A seguir, propomos algumas reflexões sobre a possibilidade de reconstrução de identidade das mulheres do campo, inseridas no MMC.

Identidade de Camponesas em Reconstrução no Movimento Feminista

² O patriarcado se estabelece com base na superioridade masculina (patris-pai- poder) num período entre mais ou menos 20.000 a 10.000 anos (Muraro, 2004). Para Saffioti (2001), apud Richartz (2004), o patriarcado traz implícita a noção de relações hierarquizadas entre os seres humanos com poderes desiguais e, além disso, trás as ferramentas explicativas para as desigualdades transformadas em subordinação das mulheres. Castells (2002) fala em patriarcalismo sendo que o define como uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas e se caracteriza pela autoridade imposta institucionalmente do homem sobre a mulher e os filhos desde o âmbito familiar. Dessa forma, ele permeia toda a organização da sociedade: produção, consumo, política, legislação, cultura, etc.



Afirmar-se camponesa em tempos em que muito se aposta e se divulga sobre o agronegócio é o mesmo que remar contra a maré frente àquilo que está sendo hegemônico como modelo de desenvolvimento para o campo. Diante desse fator, de um lado se afirma a existência de sujeitos que vivem e trabalham numa perspectiva de resistência, sendo milhares³ de pessoas e, de outro, se verificam as contradições do próprio modelo, considerado, moderno pelo fato de que tem aumentado o número de famílias camponesas.

Sobre o termo *camponês*, há de se considerar que se trata de uma complexidade, pelo fato de que, há pouco tempo no Brasil, se voltou a rebuscá-lo, mais especificamente do final da década de 1980 em diante, de acordo com Silva (2007), pois ele foi colocado em desuso para que não se rememorasse as Ligas Camponesas de meados de 1940 e 50. Preferiu-se, durante muitas décadas, se referir a esta categoria como trabalhador rural, roceiro, agricultor, homem do campo, lavrador, etc. Neste sentido, podemos perceber que as mulheres, como trabalhadoras da roça, não são nomeadas, até pelo fato de a invisibilização delas ter sido considerada normal na sociedade.

Sobre o campesinato, admite-se como território de muitas contradições, dependendo, inclusive, do prisma com que se olha e com quais lentes é analisado. Speyer (1983) argumenta que o campesinato no Brasil se formou como classe a serviço do sistema, ou seja, que teria nascido de uma relação muito próxima com os senhores. A autora ressalta o campesinato como dependência, cuja função é produzir alimentos para o setor dominante da economia. Para contrapor essa ideia, Ploeg (2008) apresenta o campesinato como possibilidade de autonomia das famílias que vivem nesse sistema.

Ainda sobre o termo *camponês*, o mesmo foi retomado com força, de forma especial pela Via Campesina, justamente para rememorar as Ligas e as lutas camponesas de enfrentamento ao latifúndio e ao sistema dominante. Mas cabe ressaltar que, no geral da sociedade, há confusões entre diferenças e semelhanças ao tratar de *camponês* (a) ou agricultor (a) familiar, pois a diferença principal entre ambas as terminologias está no caráter político que adquiriram, devido às formas de lutas organizadas por setores que defendem esta ou aquela nomenclatura.

Contudo, para além do universo das teorias, as mulheres camponesas que vivem no campo produzem e reproduzem práticas bastante independentes ante o defendido por este ou aquele autor. Não que as teorias não tenham a ver com suas vidas, pois sabe-se que muitas decisões políticas

³ De acordo com os dados apresentados por Carvalho (2005), são cerca de 32 milhões de pessoas no campesinato brasileiro, compreendendo 18,8% do total dos habitantes. Conforme o senso agropecuário de 2006, o número de estabelecimentos da pequena agricultura (até quatro módulos fiscais de terra) aumentou de 4,139 para 4,551 milhões do ano de 1996 para 2006, porém a área ocupada em hectares de terra do campesinato diminuiu pouco menos de 1%. (Brasil, 2009).



sobre a agricultura são tomadas com base em referenciais e pesquisas teóricas, não raras vezes, contrárias aos interesses dos sujeitos camponeses e camponesas.

Analisando, grosso modo, as políticas oficiais privilegiaram o latifúndio, desde a formação das capitânicas hereditárias, das sesmarias e, posteriormente a legitimação, especialmente das grandes propriedades, com a Lei de Terras de 1850 em detrimento dos empobrecidos e empobrecidas (Zarth, 2002). Nesse contexto, o campesinato e as pessoas que nele viveram e vivem foram postos à margem de políticas públicas, bem como com relação ao reconhecimento enquanto sujeitos de direitos desde o Brasil colônia. Desse modo, Paludo (2009) destaca que somente há poucos anos as mulheres camponesas foram reconhecidas como categoria de trabalho com alguns direitos, fruto de organização e pressão política.

De acordo com a autora, as mulheres camponesas tiveram seu reconhecimento como trabalhadoras na Constituição Federal de 1988 e, decorrente disso, passaram a ser seguradas especiais da previdência com direito à aposentadoria aos 55 anos de idade. Além disso, Giuliani (2004) aponta que foi a partir de 1988 que as mulheres vinculadas ao campo puderam ser titulares em títulos de posse de terra. De acordo com Faria (2009), pela Portaria número 981/2003, do ano de 2003, há obrigatoriedade de a titulação de terra ser conjunta no caso de cônjuges. Como podemos perceber, a Portaria força o cumprimento daquilo que a Constituição previa, mas que pouco era implementado, seja por conta da cultura machista, seja pelo fato de falta de esclarecimento.

Sendo assim, anterior a 1988, de maneira generalizada, a mulher camponesa significava quase nada, pois sua identidade enquanto trabalhadoras não existia oficialmente e, eram consideradas “do lar” ou domésticas, conforme demonstrou nossa pesquisa, segundo as vozes das próprias mulheres. Apesar disso, entretanto, houve quem contestasse “a ordem estabelecida” e, decorrente disso, surgem Organizações sociais populares. Na argumentação de Paludo,

Movimentos Sociais são compreendidos como sujeitos organizados que se colocam na sociedade como expressão política de si mesmos, sem intermediações, que têm nas condições de reprodução da vida, que se relacionam com o trabalho e possibilidades de vida digna, o mote da sua existência. Neste sentido são portadores de reivindicações que apontam para a real universalização dos direitos. Aspectos que caracterizam estes Movimentos, apesar das especificidades, são a explicitação das contradições sociais, a construção de sujeitos, certa organização, capacidade de articulação, de mobilização, de luta coletiva, de construção de alternativas cotidianas e, dependendo do nível de politização, de articulação das lutas imediatas com as estruturais, das locais com as nacionais e internacionais, colocando-se na perspectiva de acúmulo de poder e de transformação social (2010, p. 3).

Analisando o cenário brasileiro com relação aos movimentos sociais, as lutas das mulheres da roça, até a década de 80, praticamente não apareciam com força capaz de provocar mudanças estruturais no campo dos direitos civis e políticos. Contudo, ressalta-se que enquanto não houve



movimentos consistentes pela libertação das mulheres camponesas, inclusive, com o desenrolar da luta feminista, apesar de suas contradições, elas, com raras exceções, pouco eram lembradas. Nesse aspecto, afirma-se que o Movimento produz visibilidade de identidades tanto individuais quanto coletivas.

Desse modo, o ocultamento das mulheres da roça foi construído ao longo dos tempos, mas, sabe-se que tudo o que é construção tem possibilidade de desconstrução e daí que Gebara (2002) defende o feminismo como movimento político capaz de reconstruir outra cultura em que as mulheres não sejam inferiorizadas. Mediante esse fator, com o impulso das lutas populares do final do período ditatorial no Brasil, eclodem vários movimentos populares e, dentre eles, alguns de mulheres camponesas, como, por exemplo a Organização das Mulheres da Roça (OMR) (Paludo, 2009).

No caso da OMR, surgida em 1983 e que posteriormente assumiu caráter de Movimento autônomo com o MMTR/RS em 1989, as mulheres buscavam poder pensar suas próprias lutas a partir de suas necessidades, justamente pelo fato de que, em estruturas como cooperativas, sindicatos e igrejas, suas questões específicas não tinham espaço (Conte, Martins e Daron, 2009).

Segundo a mesma fonte, no ano de 2004, o MMTR/RS passa a fazer parte do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC BRASIL) por ocasião da aglutinação de diversos movimentos autônomos de mulheres do país. O MMC assume-se como sendo classista e feminista, ficando mais evidente, desta forma, a necessidade de construção do empoderamento das mulheres. Em uma das observações⁴ realizadas, uma dirigente, durante uma reunião, assim se pronuncia:

É cada vez mais necessário estudar e refletir conjuntamente no Movimento. O Movimento não é a pouca estrutura de que dispõe. A estrutura é para ajudar resolver problemas e encaminhar questões, para fazer a luta prosseguir. O movimento como um todo tem o papel de empoderar as mulheres para atuar na sociedade – construir esta libertação desde dentro de suas casas, começando por dividir tarefas para poder sair (Ana Clara).

A fala nos permite constatar que, apesar de atualmente haver diversos setores que trabalham com organizações de mulheres buscando promover avanços no campo dos direitos femininos, o espaço doméstico ainda é considerado coisa de mulher. Decorrente disso, as tarefas vinculadas à sobrevivência, aos cuidados com as pessoas, é atribuído a elas, o que as restringe de espaços públicos, onde ocorrem as decisões da sociedade.

Decorrente da participação no Movimento, e com ela, a possibilidade de discussões de tudo o que move suas vidas, as mulheres perceberam que um dos fatores de não acesso aos direitos então

⁴ Observação realizada em 23 de fevereiro de 2010.



reconhecidos pela Constituição de 1988 era a falta de documentos, o que, por sua vez, infere diretamente na identidade delas.

De acordo com uma das observações realizadas, foi explicitado que “*uma coisa era poder dizer ‘sou fulana de tal’, a outra, era utilizar os documentos do pai ou do marido e dizer ‘sou filha ou esposa de fulano’*”. Em algumas falas, era comum ouvir as mulheres militantes se referirem ao período em que eram consideradas *sombra dos homens* (pai, marido, irmão mais velho, etc), sendo que esse rompimento se deu na esfera privada e pública decorrente da conquista de ter profissão reconhecida e acesso a documentos pessoais.

Por meio do que nos foi mostrado pela pesquisa, outra condição de sujeito, com relação às mulheres camponesas, foi sendo criada a partir da politização delas em Movimento. Segundo um dos depoimentos colhidos⁵, a militante enfatizou que a conquista do direito à profissão e, acima de tudo, o fato de as mulheres passarem a ter blocos de notas da venda de produtos em seus nomes, causou grande impacto. Circulavam, desse modo, comentários, nas comunidades camponesas, de que as mulheres iriam tomar conta de tudo, e por isto, a insegurança por parte dos homens era visível.

Concordamos, obviamente, que, a conquista de alguns direitos e possibilidade de maior autonomia por parte das camponesas representou um rompimento bastante grande e uma ousadia coletiva de anos de luta das mulheres, em que muitos (as) desacreditavam em alguma vitória e, por isto trouxe desestabilização dos papéis até então hierarquizados entre mulheres e homens.

Algumas considerações acerca do reconhecimento e do empoderamento

Ao que pudemos perceber no decorrer da pesquisa, as mulheres lutadoras, do MMC, acreditam nas transformações socioculturais e, por esse motivo, continuam na luta, apesar do momento conjuntural difícil que se vive no Rio Grande do Sul, com perseguições e criminalização dos movimentos populares.

No Movimento que pesquisamos, as mulheres falam constantemente sobre o espaço restrito de decisões e a sobrecarga de trabalho das mulheres camponesas, pois as dirigentes vivem em comunidades rurais e conseguem perceber o seu universo de trabalho, bem como analisar a vida de tantas outras mulheres, no desenrolar das atividades do Movimento.

A partir do que disseram as mulheres, pode-se constatar que a conquista de direitos foi e continua sendo importante em vista de ao menos um pouco de reconhecimento e maior autonomia,

⁵ De Lurdes Rosseto, dirigente do MMTR/RS na década de 1990, residente no Assentamento Seival, município de Cruz Alta.



se comparado com a situação das mulheres há três décadas. Sabem, porém, que somente a luta para a garantia de direitos não basta na sociedade patriarcal e capitalista, pois as contradições desse sistema fazem com que os direitos conquistados vão sendo diluídos no rol do mercado e, por isso, falam da necessidade de poder popular e empoderamento.

Observamos que a aliança com outros setores de mulheres do campo popular tem fortalecido estratégias de resistência e contestação e, na medida em que as lutas se mostram fortes, se tem avanço no processo de consciência crítica das militantes. Os questionamentos acerca da divisão de tarefas e compartilhamento de responsabilidades parecem estar em evidência e, devido a isso compreendemos que há politização do trabalho.

Nesse aspecto, entendemos que as mulheres procuram reconstruir suas identidades, vinculadas ao trabalho, não mais sendo subalternas, pois elas já avançaram para espaços considerados públicos e masculinos com as lutas que travaram ao longo da constituição do MMC. Para além desse fator, as mulheres, em Movimento, apontam perspectivas do que desejam enquanto projeto de agricultura e de sociedade, seja apresentando pautas a governos, seja nos embates contra empresas transnacionais que atuam especialmente no campo.

Percebemos que as mulheres do MMC se empoderam na medida em que se apropriam de elementos políticos com auxílio teórico e, mediante isso, são capazes de contrapor e propor alternativas desde o local em que vivem até esferas maiores frente a poderes públicos. Dessa forma juntam as lutas camponesas com o aporte feminista e chegam a apontar em alguns materiais a construção do *feminismo camponês*. Desse modo, negam o tradicional atraso do campo e a não combinação de pautas feministas com o campesinato, pois aprenderam que não são menos que ninguém.

Percebe-se, acima de tudo, que as mulheres militantes e dirigentes acreditam em transformações sociais e as forjam em processos contestatórios de luta a partir da organização em Movimento. Esse fato é perceptível e notório porque elas se vêem sujeitos das mudanças ocorridas, reconstruindo suas identidades pessoais e coletivas, diferentemente do que fora no passado. Atualmente, fazem exigências, tecem críticas, organizam elementos políticos com estudo diante das necessidades e, assim, rompem com a cultura subalterna de inferiorização e silenciamento.

Referências

BRASIL/ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Agricultura familiar e o censo agropecuário de 2006. Brasília: MDA, 2009.



- CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI*. Perspectivas e contrariedades do campesinato brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2005.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Vol II. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CONTE, Isaura Isabel; MARTINS, Mariane Denise; DARON, Vanderléia Pulga. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (org.) *Mulheres, luta e resistência: em defesa da vida*. São Leopoldo: Cebi, 2009.
- EISLER, Raiane. *O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo*. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- FARIA, Nalu. Economia feminista e agenda de luta das mulheres do meio rural. In: BUTTO, Andrea (org.) *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.
- GEBARA, Ivone. *Cultura e relações de gênero*. São Paulo: Cepis, 2002.
- GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (org.) *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- MURARO, Rose Marie. *A mulher no terceiro milênio*. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2002.
- _____. *Memórias de uma mulher impossível*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2004.
- PALUDO, Conceição (org.) *Mulheres, resistência e luta: em defesa da vida*. São Leopoldo: CEBI, 2009.
- _____. **Educação popular e movimentos sociais na atualidade: algumas considerações. Artigo impresso, maio de 2010.**
- PLOEG, Jan Douwe van der. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- SAFFIOTI, Heleieth (2001) apud RICHARTZ, Teresinha (2004). “Conceituado Gênero e Patriarcado.” São Paulo. Artigo impresso. PUC, 2004.
- SILVA, Márcio Antônio Both da. II Acampamento de Educação Popular. Expressão oral, em 20 de outubro de 2007.
- SPEYER, Anne Marie. *Educação e campesinato*. Uma educação para o homem rural. São Paulo: Loyola, 1983.
- ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. O Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Unijuí, 2002.